

A LEI EM FAVOR DA VIDA? ***Entendendo o Livro do Deuteronômio***

Shigeyuki Nakanose
Maria Antônia Marques
Centro Bíblico Verbo

Ao abrir o livro do Deuteronômio (Dt), o leitor atento percebe que está diante de um texto complexo, fruto de um longo processo redacional e com diferentes imagens de Deus, como:

- “Ele (Javé) faz justiça ao órfão e à viúva e ama o migrante (estrangeiro), dando-lhe pão e roupa. Portanto, amem o migrante, porque vocês foram migrantes na terra do Egito” (Dt 10,18-19).
- “Javé, o nosso Deus, o entregou diante de nós, e nós o derrotamos, como também a seus filhos e a todo o seu povo. Nessa ocasião, capturamos todas as suas cidades e consagramos cada uma delas ao extermínio. De homens, mulheres e crianças, não deixamos nenhum sobrevivente (estrangeiros)” (Dt 2,33-34).

As contradições presentes, as variações de estilo, as repetições, os diferentes cenários, a presença de unidades autônomas, as várias frases introdutórias (Dt 1,1; 4,44; 6,1; 12,1; 28,69; 33,1) e a mudança de pronomes (“vós”: Dt 1,6-5,5; “tu”: Dt 5,6-21 etc.) indicam que o livro do Deuteronômio foi composto aos poucos. Segundo estudos mais recentes, o processo de redação desse livro durou quase quatro séculos: de Jeroboão II até a reforma de Esdras (750 a.C. a 400 a.C.).

O título “Deuteronômio” vem de uma interpretação equivocada feita pela tradução grega, chamada a Setenta (ou *Septuaginta*), na qual a expressão “cópia da lei” foi traduzida por “segunda lei” (Dt 17,18). Na Bíblia Hebraica, o livro se chama *Debarim*, que significa “Palavras”. É assim que ele começa: “São estas as palavras que Moisés dirigiu a todo o Israel” (Dt 1,1). De fato, o livro é composto por três discursos de Moisés e suas últimas palavras: o primeiro (Dt 1,1-4,43), o segundo (Dt 4,44-26,19), o terceiro (Dt 28,69-30,20) e as palavras finais de Moisés (Dt 31,1-34,12). É uma narrativa que cobre o período da chegada do grupo de Moisés às planícies de Moab após a saída (êxodo) do Egito.

No entanto, analisando o texto dentro do seu contexto histórico-social percebemos que as leis sociais, em suas formas orais mais antigas, contidas no núcleo legislativo (Dt 12-26), têm sua origem no período pré-estatal de Israel (1200 -1000 a.C.). Essas leis foram retrabalhadas e redigidas na monarquia do reino de Israel Norte, em meados do século VIII a.C., especialmente pelo

movimento profético em sua denúncia contra a exploração e a dominação do Estado.

Com a queda de Samaria (722 a.C.), um grande número de israelitas do Norte refugiou-se em Judá, levando consigo suas tradições. Entre elas, o material que serviu de fundamento para a reforma do rei Ezequias, em 716-701 a.C. (2Rs 18), que estava preparando a guerra contra a Assíria. O material foi revisto e ampliado pelos escribas do rei, chamados de “deuteronomistas”. Eles produziram Dt 12-26, que provavelmente corresponde ao “Livro da Lei” (2Rs 22,8), mencionado na reforma de Josias em 620-609 a.C. (2Rs 22-23). Nessa mesma reforma, estes escribas revisaram, ampliaram e reeditaram Dt 12-26, transformando-o em 4,44-28,68, o chamado “livro da Aliança” (2Rs 23,2), que legitimou a política nacionalista e expansionista do rei Josias.

Mais tarde, no período do exílio e do pós-exílio, o texto foi retrabalhado, recebendo uma introdução (capítulos 1-4), e uma conclusão (capítulos 29-34), com o objetivo de responder às novas situações e ser incluído no conjunto do Pentateuco. A partir de então, o Deuteronomio tornou-se uma espécie de “ponte”: é o ponto final do Pentateuco e o começo da Obra Histórica Deuteronomista, composta pelos livros de Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel e 1 e 2 Reis.

1. Autor e Contexto Histórico

O livro do Deuteronomio (Dt) não tem um único autor, mas vários autores ou grupos sociais, com diferentes interesses, situações, locais e momentos históricos. Não é possível precisar com exatidão cada momento desse processo. Apresentaremos, em linhas gerais, alguns marcos de cada período.

1) Período pré-estatal: *o êxodo, as leis sociais, a experiência de uma divindade sensível às injustiças e ao sofrimento dos pobres.*

O livro do Êxodo narra a opressão dos escravos no Egito (Ex 3,7-9). Mais do que o fato histórico da saída dos escravos do Egito, esse livro reflete um longo processo de releitura e reinterpretação teológica dos êxodos de vários grupos. Por volta de 1300 a.C., grupos de camponeses, pastores, operários, marginalizados (*hapirus* - hebreus) etc. que viviam nos centros urbanos (planícies), eram explorados e submetidos ao domínio dos reis das cidades-estado de Canaã e do faraó do Egito. Esses grupos lutaram pela sobrevivência e saíram das planícies para a região montanhosa no centro-norte de Canaã, região menos habitada e fora do controle das cidades-estado e do Império.

Historicamente, teriam ocorrido inúmeros êxodos (saídas) ou fugas. A partir de 1200 a.C., o êxodo da população empobrecida e sofrida foi acelerado por causa da crise dos centros urbanos, causada por fatores como a instabilidade política do império egípcio no final da Era do Bronze (por volta de 1200 a 1150 a.C), provocando conflitos e guerras entre as cidades-estado cananeias, os vassalos do Egito; as invasões dos povos do mar, posteriormente chamados de filisteus, que aumentaram as guerras e as instabilidades da região; uma prolongada seca no final da Era do Bronze, na terra de Canaã, que causou a diminuição da produção de alimentos.

Os grupos de refugiados que partiram em busca de vida e de liberdade ingressaram e ampliaram as pequenas aldeias já existentes nas montanhas de Canaã ou abriram novos assentamentos para experimentar uma vida livre, organizando-se em aldeias, vivendo um projeto igualitário: partilha e uso comunitário da terra, partilha dos bens, lei da solidariedade, assembleia, confederação de tribos na autodefesa dos diversos grupos, culto sem templo, sem sacerdote e sem luxo. Assim nasceu o núcleo inicial do povo israelita (não do Estado nacional), formado por pequenas aldeias comunitárias de famílias ampliadas (clãs), a sociedade tribal em busca de condições mais adequadas de vida.

A semente das leis sociais mais antigas, presentes no Dt, provavelmente nasceu no período pré-estatal, na fertilidade da vida das famílias, clãs e tribos. Em algumas leis presentes nesse texto transparecem as características da organização comunitária, como “Abre a mão em favor do seu irmão, do seu pobre e do seu necessitado, na terra onde você está” (Dt 15,11); “Quando você entrar no pomar do seu próximo, pode comer à vontade, até ficar satisfeito, mas não pode carregar nada no cesto” (Dt 23,25). A experiência da opressão e libertação cria no povo uma sensibilidade especial em relação aos pobres: estrangeiros, órfãos e viúvas (Dt 24,19).

Com o passar do tempo, uma norma ou lei social criada em um grupo foi sendo partilhada e aplicada em outros (Dt 22,6-7). Essas leis eram guardadas nas famílias e nos santuários, onde se faziam as reuniões, discutia-se a prática jurídica e resolviam-se os problemas das famílias, aldeias e das tribos. São as leis antigas presentes no Código da Aliança (Ex 20,22-23,33) que o Dt relê e retoma, como Ex 23,10-11 em Dt 15,1-11 (ano sabático); Ex 21,2-11 em Dt 15,12-18 (leis acerca dos escravos); Ex 22,28-29 em Dt 15,19 (primícias e primogênitos) etc.

Os cultos na família e no santuário, onde se recitavam as leis e manifestava-se a fé em divindades protetoras, eram espaços privilegiados para manter a memória das tradições. Segundo as recentes pesquisas, a maioria dos primeiros israelitas era cananeu e prestava culto a várias divindades cultuadas na sociedade de Canaã: El (deus supremo), Elohim (deus dos pais), Baal (deus da chuva); Aserá (deusa da fertilidade). E Javé? Provavelmente era

o deus dos exércitos e da guerra (Ex 15,2-3), e fazia parte do panteão das aldeias e tribos camponesas como El e Baal.

Visto mais amplamente, Javé foi reconhecido como o deus libertador do êxodo – o deus dos hebreus em Ex 3,18; 5,3; 7,16; 9,1.13; 10,3 –, uma divindade sensível à realidade de violência e de injustiça, que via e escutava as pessoas exploradas e levantou-se para libertá-las (Ex 3,7-8a). O êxodo dos hebreus que fugiram do Egito, considerado o maior de todos os opressores no mundo antigo, tornou-se o evento fundante da fé de Israel, que se manteve sempre viva ao longo de sua história.

2) Reino de Israel Norte: *a lei da centralização; Javé como o Deus oficial do Estado; as leis sociais do movimento profético popular; o Javé popular dos camponeses.*

Com Jeroboão II (783-743 a.C.), Israel Norte teve um desenvolvimento sem precedentes. Reconquistou desde Lebo-Emat até o mar de Arabá, conhecido como o mar Morto (2Rs 14,25) e intensificou o comércio internacional, exportando principalmente azeite e vinho em grande quantidade para a Assíria e para o Egito. Foi o tempo de maior prosperidade da história de Israel Norte; sustentava-se a opulência da elite de Samaria: “Deitam-se em camas de marfim. Esparramam-se em cima de sofás, comendo cordeiros do rebanho e novilhos cevados em estábulos. Bebem canecões de vinho, usam os mais caros perfumes” (Am 6,4.6a).

Para manter o desenvolvimento da indústria e do comércio e a prosperidade, em favor de seus interesses, a corte precisou do produto do campo, intensificando assim uma política de centralização. Um dos meios foi a centralização do culto, das festas e do sacrifício no santuário de Betel, chamado “santuário do rei” (Am 7,13), dentro do sistema de coleta de tributos (Am 5,21-22).

Com a centralização do culto no santuário do rei, a religião sofreu mudanças. Javé foi definido como o deus oficial do Estado; embora já fosse reconhecida desde o reinado de Jeú (2Rs 9-10), consolidou-se como o deus protetor da casa real e das instituições que sustentavam a monarquia. Em nome da apostasia da fé em Javé, um deus oficial forte, o Estado condenou as outras divindades principais como El e Baal, cultuadas nos santuários do interior (Dt 13,13-16).

O reinado de Jeroboão II viveu o apogeu político e econômico. Mas o progresso só favoreceu a elite da Samaria: famílias ligadas à corte, grandes proprietários de terras etc. A maioria da população camponesa sofria com injustiça, violência, explorada pela elite ao longo do desenvolvimento: “Porque vendem o justo por dinheiro e o indigente por um par de sandálias. Pisoteiam os fracos no chão e desviam o caminho dos pobres (Am 2,6-7a).

A reação a todo esse processo de centralização foi iniciativa do grupo profético popular (Am 7,14-15), o portador da tradição do êxodo: “Acaso não tirei Israel da terra do Egito, e de Quir os filisteus de Cáftor e Aram? Os olhos do Senhor Javé se voltam para a nação pecadora” (Am 9,7b-8a; cf. Os 11,1-4). O grupo faz uma forte oposição à monarquia e às suas bases de sustentação, exaltando as leis sociais em defesa dos pobres, que transparece no núcleo do Decálogo (Ex 20,1-21) e do Código da Aliança (Ex 20,22-23,33), redigidos primeiramente no reino de Israel Norte.

Após a morte de Jeroboão II, por volta de 743, o cenário local muda completamente. Iniciava-se o expansionismo do Império Assírio. Diante da pressão assíria, o poder central de Israel Norte ficou cada vez mais enfraquecido e passou um momento de forte crise: a guerra siro-efraimita (735-734 a.C.), as contínuas intrigas na corte, as guerras internas (Os 4,1-3; 7,3-7) e a queda de Samaria (722 a.C.). Tudo isso fez com que grande número de pessoas fugisse para Judá, levando consigo as diversas tradições de Israel Norte: o movimento (leis) da centralização; Javé como o deus oficial do Estado; as leis sociais do movimento profético popular; Javé como o deus libertador do êxodo etc. São essas tradições que fazem parte dos elementos básicos do Dt.

3) Reforma de Ezequias (716-701 a.C.): *as leis sociais aplicadas na crise; o florescimento e a consolidação de Judá como Estado; a política expansionista; a lei da centralização de culto em “lugar escolhido pelo Senhor”; a aliança com Javé oficial do Estado; o livro da Lei.*

Em 716 a.C., Ezequias subiu ao trono de Judá, nação afetada pela destruição do seu vizinho Israel Norte, e iniciou a chamada “reforma de Ezequias ou deuteronomista”, para enfrentar a crise e, ao mesmo tempo, expandir a nação.

- *Leis sociais aplicadas no momento de crise:* a guerra e a queda da Samaria forçou um grande número de pessoas a refugiar-se em Judá, o que obrigou o governo de Ezequias a decretar leis sociais para amenizar a grave crise de explosão demográfica, envolvendo estrangeiros, órfãos e viúvas (Dt 14,28-29; 16,11);
- *Florescimento e consolidação de Judá como Estado:* com a destruição de seu concorrente Israel Norte, Judá foi integrada ao comércio internacional assírio, aumentando o lucro com o comércio do mundo árabe, e começou a florescer com o surgimento de uma elite ambiciosa e corrupta: “Presta atenção, governantes de Israel, vocês que têm horror ao direito e entortam tudo o que é reto, que constroem Sião com sangue e Jerusalém com perversidade” (Mq 3,9-10).
- *Política nacionalista e expansionista:* A Assíria entrou em crise após a morte do imperador Sargão II (705 a.C). Aproveitando a instabilidade da

Assíria, Ezequias, instigado pelo Egito (2Rs 18,21), entrou no movimento antiassírio, preparando-se para a guerra: fortaleceu a muralha da cidade Jerusalém; construiu um canal subterrâneo para levar a água à cidade (2Rs 20,20) etc. Tudo isso testemunhava a necessidade do Estado de centralizar a riqueza e o poder, promovendo para isso a reforma da nação.

- *Lei da centralização e fé no Javé oficial:* para aumentar a riqueza e o controle da nação, o rei Ezequias fortaleceu o poder de Javé como o Deus nacional de Judá, destruiu os santuários do interior, centralizou o culto em Jerusalém, “lugar escolhido pelo Senhor” (Dt 12,5.11.14.18.21.26; 14,24.25; 15,20; 16,2.6.7.11.15; 17,8; 26,2) e persegue as outras divindades (Dt 13,7; 2Rs 18,4; 21,3; 2Cr 31,1). A fé arrogante da elite corrupta de Jerusalém no Javé oficial transparecia em sua resposta contra a crítica do profeta Miqueias ao Javé popular: “Por acaso, Javé não está no meio de nós? Nada de mal nos poderá acontecer!” (Mq 3,11; 2,6-7); Foi a consolidação da religião oficial de Javé.
- *Livro da Lei e aliança com Javé, o Deus do Estado:* os escribas da corte coletaram e aprimoraram as leis sociais e religiosas para legitimar a reforma de Ezequias em nome do Javé oficial do Estado. Escreveram a “primeira edição” do Dt: capítulos 12-26, o núcleo legislativo ou o código deuteronomista. O texto recebe a estrutura do tratado assírio (tratado de vassalagem de Asaradon), no qual Javé assume a posição do rei da Assíria e faz a aliança com o povo de Israel (Dt 13).

A reforma de Ezequias foi bruscamente interrompida pela invasão dos assírios, por volta do ano 701 a.C. Resta para Judá humilhação e submissão à Assíria.

REFORMA DE EZEQUIAS: PRIMEIRA EDIÇÃO DO Dt – O CÓDIGO DEUTERONOMISTA: Dt 12 -26 (O LIVRO DA LEI)

4) Reforma de Josias (620-609 a.C): *política expansionista e militar; lei da centralização; imposição do Javé oficial do Estado; perseguição violenta contra outras divindades e até dos deuses domésticos; livro da Aliança; Obra Histórica Deuteronomista.*

Por volta do ano 620 a.C., a Assíria entrou em crise por causa da guerra contra a Babilônia e perdeu o domínio sobre a Palestina. O Império Egípcio estava enfraquecido, e a Babilônia ainda não tinha forças suficientes para a

conquista militar. Houve um vácuo de poder na Palestina. Aproveitando esse momento, o rei Josias retomou e executou a reforma de Ezequias, a política nacionalista de centralização do culto em Jerusalém e fortaleceu Javé como a divindade oficial do Estado.

- *Perseguição contra a religiosidade popular dos camponeses*: Josias radicalizou a centralização do culto a Javé, o Deus nacional (Dt 12,13-28; 2Rs 23,4-14), apropriou-se da festa familiar da Páscoa para o Estado (Dt 16,1-8; 2Rs 23,21-23) e perseguiu a prática religiosa dos camponeses (2Rs 23,24).
- *Destruição dos santuários do interior e dos objetos de culto às outras divindades*: “Mandou vir todos os sacerdotes das cidades de Judá e violou os lugares altos, onde esses sacerdotes haviam queimado incenso, desde Gaba até Bersabeia” (2Rs 23,8; cf. Dt 12,2-3). Os sacerdotes (levitas) do interior foram mortos ou reduzidos a uma categoria inferior – cantores, porteiros, escribas etc. (2Rs 23,9; Dt 13,1-19), beneficiando os sacerdotes de Jerusalém, da família de Sadoc. De fato, a reforma de Josias como a de Ezequias tinha o objetivo político de centralizar o poder e a riqueza em benefício da elite de Jerusalém.
- *Política expansionista e militar*: o objetivo político da reforma evidenciava-se na conquista de territórios do antigo reino de Israel Norte (2Rs 23,19). O rei Josias provavelmente estendeu seu domínio até Meguido, enfrentou o faraó Neco e morreu na batalha de Meguido, por volta do ano 609 d.C. (2Rs 23,29).
- *Livro da Aliança*: para orientar e legitimar a reforma de Josias, os deuteronomistas revisaram, ampliaram e reeditaram Dt 12-26, transformando-o em 4,44-28,68, chamando-o de livro da Aliança (2Rs 23,2). O texto ampliado retomava a história passada de Israel para salientar a fidelidade à Lei com o culto exclusivo a Javé (Dt 5,6-10).
- *Javé, Deus do êxodo e Deus nacional de Judá*: a aliança entre Javé e seu povo foi fortalecida (Dt 5,2-3; 7,9.12; 9,11); em Dt 28, seguindo o formato dos tratados assírios, Javé, Deus nacional de Judá, amaldiçoa e destrói o povo de Israel, seu vassalo, se ele não cumprir as normas estabelecidas pelo Estado. Ainda no contexto de conflito com o faraó do Egito, os deuteronomistas mostravam Javé como o Deus do êxodo para legitimar a política expansionista e militarista do rei (Dt 5,6; 6,12; 8,14).
- *Obra Histórica Deuteronomista (OHD)*: os deuteronomistas começaram a elaborar uma obra historiográfica, chamada OHD (Josué até 2Rs), para fundamentar a identidade histórica do povo de Judá, para mostrar a superioridade de Judá em relação a Israel Norte e justificar, por exemplo, as conquistas do rei Josias sobre o Norte – conquistas essas projetadas pela conquista de Josué (cf. Js 6 e 8). É compreensível que

Ezequias (2Rs 18,3-6) e Josias (2Rs 22,2) sejam elogiados sem restrições nessa historiografia.

Temendo perder a independência e os territórios, Josias enfrentou e morreu na batalha contra o faraó Necao (609 a.C), que avançava para a Assíria pelo litoral (2Rs 23,29). Com a morte de Josias, Judá foi engolido pelos invasores, Egito e Babilônia. Foi o fim da reforma e o início dos desastres nacionais.

REFORMA DE JOSIAS: TEXTO REVISTO, AMPLIADO E REEDITADO: Dt 4,44-28,68 (O LIVRO DA ALIANÇA)

5) Redação exílica (587-538): *quebra da aliança, castigo de Javé; desastre nacional; arrependimento e volta à Lei de Javé; não servir a outros deuses.*

Joaquim (609-597 a.C.) e Sedecias (597-587 a.C.), sucessores de Josias, maltrataram o povo (cf. Hab 1,2-4; Ez 34,1-10), foram instigados pelo Egito e se rebelaram contra a Babilônia, provocando o desastre nacional (2Rs 23,36-25,21). A segunda invasão da Babilônia (587 a.C.) provocou a destruição de Jerusalém e o exílio. Em meio ao sofrimento e ao desespero, os sobreviventes da cidade perguntavam-se: quem foi o culpado? Javé, o Deus nacional de Judá, abandonou o seu povo? Ou, Javé foi derrotado por Marduque, o deus dos babilônios, de acordo com a teologia da época? As respostas estão em Lm, Mq 4-5, Dt etc., textos escritos por escribas levitas, outrora a serviço do templo de Jerusalém.

- *Castigo de Deus:* o desastre nacional foi considerado um castigo de Javé contra a infidelidade, os pecados e os crimes do povo, sobretudo dos governantes. Em Lamentações, lemos: “No entanto, Javé é justo, porque me revoltei contra sua palavra” (Lm 1,18a); “Seus profetas lhe falaram de visões falsas, mentirosas; nunca mostraram os pecados que você cometeu, para lhe mudar o destino. Só lhe revelaram visões falsas, sedutoras” (Lm 2,14). A aliança entre Javé e o seu povo foi quebrada por causa da falsidade e da ambição dos governantes,
- *Política militarista:* o rei Sedecias, seus profetas e sacerdotes seguiram a mesma política nacionalista de Josias (cf. Jr 28). Esse modo de agir causou a catástrofe nacional para Judá: “Pelos pecados dos profetas e pelos crimes dos sacerdotes é que derramaram sangue inocente dentro da cidade” (Lm 4,13).
- *Revisão e ampliação do Dt:* os escribas levitas revisaram e ampliaram Dt 4,44-28,68 para confirmar que o desastre nacional do exílio fora

causado porque o povo romperá a aliança, sobretudo dos governantes, desencadeando a cólera de Javé, que os abandonou (Dt 4,21-31; 28,47-68; 29,20.24.27-28; 31,16-17.20). O povo devia arrepender-se, converter-se e voltar ao caminho de Javé (Dt 30,15-20).

- *A monarquia a serviço de Deus e do seu povo*: Dt menciona o rei uma única vez, em Dt 17,14-20. Trata-se de uma crítica direta contra a monarquia, apontando as normas e os limites da autoridade dos governantes. As normas visavam impedir os abusos do rei (Dt 17.16-17).
- *Obediência total a Javé e à sua lei*: os escribas salientavam a importância do arrependimento e da obediência à lei para restabelecer a aliança com Javé (Dt 17,18-19).
- *Não servir a outros deuses*: os escribas levitas começam a organizar as atividades religiosas na ruína de Jerusalém (Jr 41,5), confirmando e exaltando a presença de Javé e sua lei em Sião (Mq 4,2). Combatia os outros deuses, como Baal e Asherá, que novamente estavam sendo cultuados no interior de Judá: “Eles passaram a servir e adorar a outros deuses, deuses que eles não conheciam e que Javé não lhes tinha dado. Foi então que a ira de Javé se inflamou contra este país, fazendo cair sobre ele toda a maldição escrita neste livro” (Dt 29,25-26). Como as reformas de Ezequias e Josias, os escribas propagaram que Javé era o único deus que Israel devia adorar, mas a existência de outras divindades não estava, em absoluto, sendo contestada – a monolatria.

Nessa situação de destruição e de deportação, sem rei e sem templo, o povo perdera toda a esperança. Os escribas levitas tentaram animá-lo e orientá-lo para a vida e a felicidade: o arrependimento, a conversão, a obediência à lei e retorno a Javé (Dt 30,15-16).

6) Redação pós-exílica (538-400 a.C): *monoteísmo a serviço do governo teocrata; Israel como povo eleito e separado de Javé; lei do puro e do impuro; responsabilidade individual; Moisés como figura mítica e patrono da Lei.*

O Império Persa, que dava liberdade religiosa aos povos dominados, garantindo a submissão política e o tributo, transformou Yehud, a província do império, em uma teocracia com o templo e a Torá. O templo restaurado, sobretudo pelo grupo que retornou do exílio babilônico – a elite judaíta exilada (*golah*: Ag 1,1-2,19; Esd 1,1-6,22) –, estava repleto de membros sacerdotais (sadoquitas: Ml 1,6-2,9) e escribas da *golah*, que voltaram para reassumir suas funções no templo. Jerusalém tornou-se o centro religioso e administrativo, explorando e oprimindo o “povo da terra”, a população rural que permanecera na Palestina durante o exílio (Is 56,10-57,2; 58,1-7).

Por volta do ano 460 a.C., período de incertezas e lutas pela sucessão no trono da Pérsia, pois o imperador Xerxes foi assassinado em 465 a.C., houve uma revolta no Egito que contou com o apoio dos gregos, e mais tarde na província do Transeufrates (Síria, Fenícia, Palestina e Chipre). Por volta do ano 400, o Egito, já livre do Império Persa, ameaçava avançar sobre a região siro-palestinense. Nessa grande instabilidade, entre 450 e 400 a.C., o Império Persa, de olho no corredor siro-palestinense e na rota Jericó-Amon-Moab, enviou Neemias e Esdras para reorganizar e fortalecer a Judéia, região que fazia limite com o Egito. Sobretudo para conter o avanço de egípcios e gregos, foi preciso instalar guarnições militares e fortalecer as cidades de apoio no corredor siro-palestinense. A cidade de Jerusalém, com o seu templo, consolidou-se como o centro do poder sociopolítico.

O sistema do templo, com a lei do puro e do impuro, foi reforçado. A pessoa impura ficava impedida de participar da vida comunitária e do culto no templo, considerado a morada exclusiva de Javé, único Deus. A única forma de voltar a participar da sociedade e do templo era fazer o sacrifício de purificação, que incluía a entrega de ofertas (Lv 11-16). Dessa forma, o templo e a lei tornaram-se os principais mecanismos de arrecadação de tributos para a manutenção da teocracia de Jerusalém, que repassava uma parte da arrecadação ao Império Persa. Consolidava-se a sociedade teocrata em Yehud, com o controle da Pérsia (Esd 7,26). O texto de Dt 1-34, revisto e ampliado no período persa, reflete esta realidade.

- *O monoteísmo a serviço do governo teocrata*: os teocratas descreveram Javé como o único Deus e o Deus criador, como em “A você ele mostrou tudo isso, para você reconhecer que Javé é que é Deus, e que não existe outro além dele. Do céu, ele fez que você lhe ouvisse a voz que o corrigia, e na terra ele fez que você visse o seu grande fogo, e do meio do fogo você pôde ouvir as palavras dele” (Dt 4,35-36). Javé era considerado o único deus do universo! Por isso, qualquer representação cúltica (estátuas de culto, ídolos, imagens) devia ser rejeitada (Dt 4,9-20).
- *Israel (dimensão ética) como povo eleito e separado de Javé*: os teocratas insistiram na segregação: “Quando Javé, o seu Deus, as (sete nações) entregar a você, você vai liquidá-las, consagrá-las totalmente ao extermínio. Não faça aliança nenhuma com elas, e delas não tenha piedade. Não crie laços de parentesco com elas: não dê sua filha a um dos filhos delas, nem tome uma das filhas delas para seu filho, porque seu filho se afastaria de mim para prestar culto a outros deuses. A ira de Javé se inflamará contra você, e ele o eliminará em pouco tempo” (Dt 7,2-4; cf. 23,4; Esd 9,1-10,44; Ne 13,23-31). A eleição do povo de Javé e a proibição dos casamentos mistos protegem, consagram e privilegiam a

comunidade da *golah* (teocratas), separado até mesmo do “povo da terra” (Dt 12,2-7).

- “*Circuncisão do coração*”: os teocratas transformaram o ritual da circuncisão, junto com o sábado e as restrições alimentares, num sinal distintivo de segregação. Assim está registrado: “Dentre todos os povos, ele escolheu vocês, a descendência que lhes veio depois, como hoje se vê. Portanto, circuncidem o coração, e nunca mais sejam insubmissos” (Dt 10,15b-16; cf; 30,1-14; Gn 17,10).
- *Lei do puro e do impuro*: os teocratas proibiram alguns cultos, como o ritual de luto, para manter a pureza do povo eleito de Javé (Dt 14,1-2). A proibição estendia-se também a alimentação (Dt 14,3-21: cf. Lv 11,1-47).
- *Lei e teologia da retribuição*: na realidade, a observância da lei do puro e do impuro foi justificada e fortalecida pela teologia da retribuição, que, afirmava que Deus recompensava a pessoa justa (que observava a lei do puro e impuro) com riqueza, saúde, descendência e vida longa (Lv 26). Pobreza, doença e esterilidade eram sinais da maldição de Deus (Dt 30,15-18).
- *A responsabilidade individual*: Cada um seria julgado e punido por Deus segundo seus “pecados” (Dt 24,16; 7,9-10; cf. Ez 18,1-32). A não observância das leis, que justificava até a condenação à morte, em nome de Deus, fortalecia o templo, seus rituais, a teologia da retribuição e a salvação individual.
- *Moisés como figura mítica e patrono da Lei* (Lv 12,1): os teocratas narraram o surgimento de Israel, o povo eleito, com a figura mítica e épica de Moisés, consagrado como patrono da lei. Por isso, na redação final do Dt, a figura central do livro, em termos literários, é Moisés, como único mediador entre Javé e o povo: Dt contém os discursos de Moisés e suas últimas palavras, exortando o povo à fidelidade a Javé, e finalmente a sua morte (Dt 34).

Assim o conjunto do livro do Deuteronômio pretende ser um apelo à conversão ao Deus oficial, único e poderoso, à sua lei do puro e do impuro, e à unidade do povo eleito, Israel, na sociedade teocrática de Neemias e Esdras.

A REDAÇÃO EXÍLICA E A PÓS-EXÍLICA: REVISÃO DE Dt 4,44-28,68 E AMPLIAÇÃO: Dt 1,1-4,43, introdução geral; 28,69-30,20, conclusão geral; 31,1-34,12, apêndice

2. Mensagens principais

O livro do Deuteronômio exalta a fidelidade à lei de Deus. Foi escrito em épocas e sob contextos diferentes. Contém leis e ensinamentos em diversos períodos da história do povo de Israel. Algumas leis são do período tribal, outras da monarquia; estiveram a serviço de diferentes reinados e, por fim, a serviço do templo. Texto instigante, é um permanente convite para refletirmos a importância da lei em nossas vidas e para questionarmos se a lei está a serviço da vida dos pobres ou dos poderosos. Eis aqui as principais mensagens do Dt para a espiritualidade e pastoral bíblica de hoje:

Primeira mensagem: Deus ouve o clamor do povo oprimido e o liberta (Dt 26,4-11). É preciso manter viva a memória de uma divindade sensível à realidade de sofrimento e opressão do seu povo. Um Deus que desce e liberta o seu povo do opressor. A memória do êxodo do Egito está no coração da fé de Israel. Trata-se de uma memória sagrada que fortalece e anima o povo nos diferentes períodos de sua história. Renovemos a certeza de que Deus continua caminhando com o seu povo. É Deus conosco!

Segunda mensagem: vida digna é direito de todas as pessoas (Dt 24,10-22). Algumas leis sociais presentes no Deuteronômio reforçam os direitos fundamentais dos pobres. A lembrança da escravidão do Egito e da libertação deve impulsionar o compromisso com a prática da solidariedade para com as pessoas necessitadas. As desigualdades sociais são frutos de estruturas injustas, contrárias ao projeto de Deus. Que a nossa fé nos motive nossa busca de justiça, especialmente para as pessoas menos favorecidas.

Terceira mensagem: a centralização das festas comunitárias é opressora (Dt 16,1-8). Páscoa (*pesah*), festa anual dos pastores nômades, foi associada à saída da escravidão para a liberdade e celebrada nas casas, pelos anciãos para fortalecer a solidariedade e a união. Na monarquia, a festa da Páscoa foi centralizada no templo de Jerusalém, impedindo a participação de muitas pessoas, especialmente dos pobres. Que o Deus da vida nos ajude a entender que os processos de centralização não são libertadores.

Quarta mensagem: os crimes dos governantes provocam crise e sofrimento do povo (Dt 17,14-20). Um encontro para refletir que uma autoridade que abusa do poder é contrária ao projeto de Deus. A liderança cristã tem que espelhar-se na maneira de agir proposta no modelo do servo: para o serviço da justiça e na total contramão da violência. Para ser rei, é preciso ser irmão. O poder legítimo de uma liderança, política ou religiosa, é destinado ao serviço e à promoção da vida.

Quinta mensagem: é possível acreditar em um Deus ciumento e vingativo? (Dt 13,7-12). A experiência de um Deus sensível à realidade de

injustiça, que vê e ouve o clamor das pessoas oprimidas, é a base da fé do povo de Israel. Essa divindade foi oficializada e colocada a serviço do poder, e manda matar quem cultua outras divindades. É preciso criar consciência de que Deus é Amor e a verdadeira religião é aquela que nos torna pessoas melhores.

O livro do Deuteronômio é uma colcha de retalhos costurada com tecidos de diferentes períodos. Alguns têm as cores da vida do povo das aldeias e outros, as cores da monarquia ou da teocracia. Como pessoas cristãs, somos chamadas a ler esse livro e a descobrir nas entrelinhas a aliança de amor existente entre Deus e o povo. Uma aliança válida para todos os tempos.